

# PORTUGAL E A GRANDE GUERRA

## I – OS CONDICIONANTES GERAIS

**Autor: António José Telo**

Nota: as opiniões expressas neste texto comprometem somente o seu autor, não representando as opiniões de qualquer instituição.

Os Governos de Portugal dominados pelo Partido Democrático, o mais radical dos agrupamentos republicanos, provocaram a beligerância na 1ª Guerra Mundial com grandes dificuldades, tendo para tal de forçar a vontade do seu principal aliado (o Reino Unido) e o sentimento da esmagadora maioria do povo português.



*O Partido Democrático era um dos três que se formou com a divisão do velho Partido Republicano Português. O seu chefe incontestado era Afonso Costa, que teve a arte de agrupar à sua volta a parte mais radical dos republicanos, dando-lhes um projecto de conquista do poder. O Partido Democrático domina o aparelho eleitoral republicano e tem do seu lado a maior parte dos grupos de civis armados, que dominam a rua. Esses são os seus dois grandes trunfos: quando está na oposição torna a governação dos outros partidos impossível através do domínio da rua e quando se vai para eleições, consegue normalmente vencer pelo seu controlo do aparelho eleitoral. O Partido Democrático foi o núcleo central dos "guerristas", a corrente política que queria forçar a beligerância portuguesa a qualquer custo.*

Neste texto vamos procurar entender as razões e a forma como isso foi feito, não para fazer qualquer juízo de valor, mas simplesmente para explicar o que se passou. Trata-se de um assunto complexo e polémico, que necessita de ser desenvolvido em diferentes vertentes para ser entendido.

Quais os condicionalismos por detrás da beligerância portuguesa? Essencialmente cinco, tanto internos como externos, que vamos examinar um por um:

- 1) A fragilidade do regime republicano de recente implantação.
- 2) A política do regime para com as Forças Armadas.
- 3) A fragilização da relação com a Inglaterra e os perigos para o Império.
- 4) Os desejos da monarquia espanhola de intervir em Portugal.
- 5) A rápida mudança das relações de forças no Sul da Europa.

## 1 - O NOVO REGIME E A SUA FRAGILIDADE

A República foi proclamada na manhã de 5 de Outubro de 1910 na varanda da Câmara Municipal de Lisboa, depois de uma revolução que arrancou na noite de 3 de Outubro. A luta decorreu quase só na grande Lisboa (região que ia desde o Barreiro e Almada, na margem Sul, até Loures, Cascais e Sintra na margem Norte). O resto do País ficou de fora, bem como as ilhas e as colónias.



*A Rotunda pouco depois da vitória republicana numa foto da Ilustração Portuguesa. A adesão de Artilharia 1 seria fundamental para a vitória republicana, pois era a única unidade de artilharia da capital e estava equipada com a peça Schneider TR 75, que permitia um tiro rápido. Meia dúzia de peças colocadas no alto da Rotunda foram suficientes para impedir um assalto das muito mais numerosas forças monárquicas e dominar os principais pontos da capital. Nesta foto aparece o outro factor que seria igualmente vital para a vitória republicana: os grupos de civis armados.*

Os republicanos planearam o movimento como exclusivo da capital, na certeza que, como afirmava João Chagas, a República se proclamaria por telegrama no resto do País depois de vencer em Lisboa – foi o único aspecto do projecto original que efectivamente se concretizou.

No plano da revolução aprovado pelo Partido Republicano Português (PRP) a acção militar dependia essencialmente de três tipos de unidades: as choças dos civis armados das Carbonária, que tinham infiltrações em muitas unidades da capital; as unidades do Exército que fosse possível trazer para a rua (esperava-se que fossem a maioria, mas só foram duas); os navios no Tejo, apoiados pelos quartéis da Armada, em particular o Quartel dos Marinheiros em Alcântara. Eram tudo unidades da grande Lisboa, tanto as civis como as militares.

As choças da Carbonária dos arredores de Lisboa receberam a missão de isolar a capital do resto do País, cortando pontes, estradas e comunicações, o que passava por ocupar

a estação de cabos submarinos em Carcavelos, bem como as centrais dos telégrafos. Era um objectivo coerente e bem pensado, pois os republicanos sabiam que tudo que chegasse da província ou do estrangeiro seria para apoiar a Monarquia.



*A Ilustração Portuguesa de 9 de Janeiro de 1911 dedicava uma ampla reportagem ao fabrico artesanal de bombas, que eram o principal armamento das choças da Carbonária. Na capa surge João Borges e José do Vale, dois dos especialistas no fabrico de bombas, que animavam as oficinas clandestinas de Lisboa. As bombas, como explicam, eram feitas com materiais desviados da construção civil (como as pinhas de ferro que era normal colocar como adorno nas varandas e escadas) e com pólvora negra, fácil de fabricar artesanalmente.*

O conceito da manobra da revolução traduzia a realidade do fenómeno republicano em Portugal e espelhava o que seria o problema central do novo regime: ele só tinha o apoio activo de uma pequena minoria da sociedade portuguesa, centrada na zona da grande Lisboa, com uma muito reduzida implantação nas populações rurais. Mais de 80% das organizações do PRP estavam na Grande Lisboa, fossem elas células do partido, choças da Carbonária, clubes políticos, associações cívicas, centros culturais, jornais, revistas, centros recreativos ou até mesmo as academias de música e de primeiras letras. O PRP contava com uma diversificada orquestra formada por organizações de muitos tipos que actuavam a vários níveis, mas todas elas esmagadoramente concentradas na capital.

O grande problema é que Lisboa representava uma pequena parte da população portuguesa, escassos 435 000 habitantes, segundo o censo de 1911. Estamos a falar de uma sociedade que, em 1910, tinha somente 11,3% da sua população nas cidades (os únicos 11 centros urbanos com mais de 10 000 habitantes).

Portugal era então uma monarquia constitucional, um regime democrático típico do século XIX, semelhante a esmagadora maioria dos estados da Europa de então. É importante salientar que o regime republicano não seria mais “democrático” que o monárquico. Pelo contrário, na primeira fase do novo regime (entre 1910 e 1918) o corpo eleitoral era mais reduzido que na monarquia e as restrições efectivas ao exercício das liberdades eram muito maiores. Era normal assistir então a assaltos às redacções dos jornais da oposição, espancamentos dos seus líderes, proibição da organização pacífica de partidos da oposição contrários ao regime, milhares de presos políticos (como em 1912-1913, ou em 1917), acção não controlada de grupos de civis armados, etc., etc.

A República, em resumo, era quando começa a Grande Guerra um regime recente, apoiado por uma minoria da população, politicamente dividido, com uma actividade política marcada pela violência permanente exercida por grupos de civis armados, onde o sector mais radical tinha tomado conta do poder em 1913. Era um regime frágil e que se sentia ameaçado, tanto interna como externamente. Sem entender este condicionante central nada se pode perceber sobre as razões da beligerância.



*Sede do Correio da Manhã, um dos vários jornais da oposição que seria atacado e saqueado por grupos de civis armados (foto da Ilustração Portuguesa de 16 de Janeiro de 1911). Nos primeiros anos da República eram normais os assaltos às sedes dos partidos e aos jornais que se opunham ao Partido Democrático. Até mesmo António José de Almeida ou Brito Camacho, os dirigentes dos outros partidos republicanos, foram espancados várias vezes na rua. Eram actos ilegais praticados impunemente pelos grupos de civis armados, nunca tendo qualquer cidadão sido condenado pela sua prática.*

## O Apoio Militar dos Republicanos

O 5 de Outubro não foi um movimento militar, ao contrário do 28 de Maio de 1926 ou do 25 de Abril de 1974. Foi somente um movimento em que participaram militares que actuaram em conjunto com civis armados, que eram a maioria dos revolucionários do 5 de Outubro. Os militares actuaram em conjunto com eles, mas sempre em minoria em todas as fases do movimento, sendo raros os oficiais.

Entre os militares, os republicanos só tinham o apoio de um pequeno punhado de oficiais, na sua esmagadora maioria no começo da carreira. O seu único oficial general era o almirante Cândido dos Reis, que se suicidou na manhã de 4 de Outubro, quando pensava que o movimento tinha sido derrotado.

Os oficiais do Exército que apoiaram o movimento eram menos de duas dezenas, quase todos tenentes ou capitães – uma ínfima parte do total do corpo de oficiais. Mesmo esses, retiram-se na manhã de 4 de Outubro, quando pensam que ele foi derrotado – nessa altura, o momento decisivo da revolução, só ficou na Rotunda o Guarda-Marinha Machado Santos, apoiado por 9 sargentos e nenhum oficial. Na Armada, o apoio dos republicanos é

maior entre os oficiais, mas, no total, serão menos de três dezenas de oficiais da Armada que apoiaram activamente a revolução republicana.



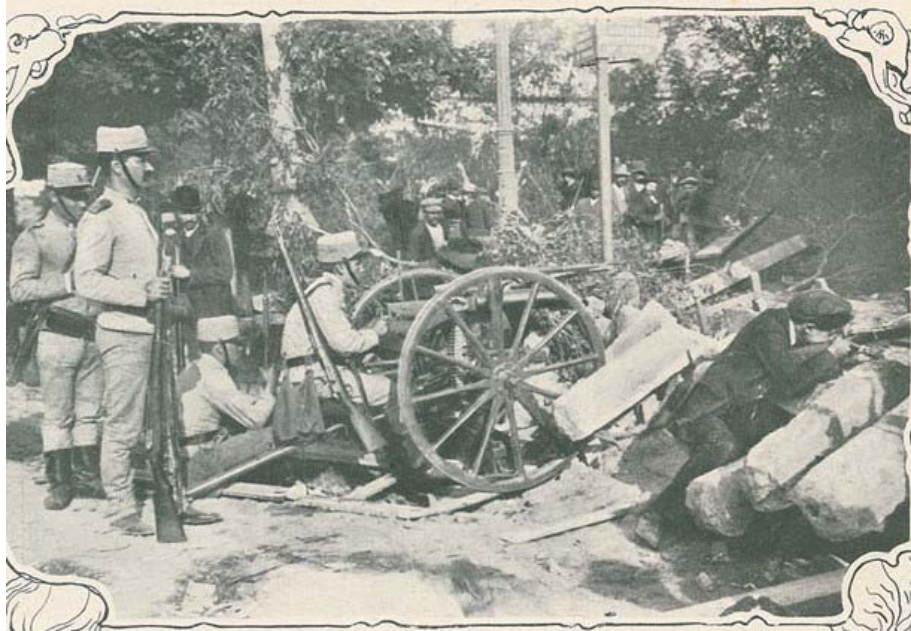
*Bernardino Machado e outros dirigentes republicanos visitam o acampamento da Rotunda pouco depois do 5 de Outubro. A direcção do PRP dava o movimento por perdido a 4 de Outubro e os seus principais dirigentes preparavam a fuga para evitar a prisão. A inesperada vitória colocou-lhes um problema: como afastar o imprevisível Machado Santos do poder e controlar a Carbonária, o braço armada que deu a vitória aos republicanos?*

Assim sendo, como se explica que os republicanos tenham obtido o apoio de 2 das 10 unidades do Exército em Lisboa e de muitos dos navios da Armada?

A explicação deste paradoxo está ligada à originalidade do apoio republicano entre os militares. Desde o regicídio (1908) a Carbonária infiltrou com grande sucesso a maioria das unidades militares da capital, formando choças em quase todas. Essas choças não cativavam os oficiais, mas sim sargentos, cabos e soldados. Os poucos oficiais que apoiavam o PRP estavam ligados directamente ao Directório do partido ou às lojas maçónicas, mas nunca às choças da Carbonária. Eram os sargentos, cabos e soldados destas que, por seu lado, davam instrução militar aos civis da Carbonária, o que normalmente se fazia em sessões de treino ao fim de semana, em regra disfarçadas como actividades desportivas ao ar livre ou como piqueniques em Monsanto. A principal arma das choças eram as bombas artesanais, mas os republicanos conseguiram desviar algum armamento das unidades e comprar outro no estrangeiro, nomeadamente na Suíça.

O esquema republicano para trazer uma unidade militar para a rua era simples: altas horas da noite a choça da Carbonária dentro do quartel dominava o oficial de dia e abria as portas, o que permitia a um numeroso grupo de civis armadas entrar na unidade, por vezes acompanhados por oficiais de outras unidades. Militares e civis republicanos em conjunto prendiam então os oficiais que estavam dentro da unidade e traziam os homens ensonados para a parada. Com alguma sorte, conseguiam convencer uma parte da unidade a sair para a rua. Na noite de 3 de Outubro, quando a revolução estala, só Artilharia 1 (com o quartel perto

da Rotunda) e cerca de metade dos efectivos de Infantaria 16 (com o quartel em Campo de Ourique) apoiam os republicanos – o resto de Infantaria 16 recusou-se a acompanhar os revoltosos e viria mesmo a formar uma força para combater os republicanos. Em todos os outros quartéis o levantamento falhou.



*Uma das barricadas improvisadas na Rotunda permite ilustrar a cooperação entre militares e civis armados que seria essencial para a vitória republicana. Surge aqui a outra arma muito importante para os republicanos: a metralhadora Maxim. As peças Schneider e as metralhadoras permitiam defender facilmente a posição da Rotunda, que só tinha acessos por vias amplas, o que explica que os cerca de 400 republicanos ali entrincheirados tenham resistido ao assalto de forças monárquicas que contavam teoricamente com mais de 4000 militares. Foto da Ilustração Portuguesa.*

## Um Regime sem Apoio dos Militares

A República venceu a 5 de Outubro, mas os dirigentes republicanos sabiam perfeitamente que não tinham o apoio do corpo de oficiais profissional que era o esqueleto das Forças Armadas. Este era um dos problemas centrais do novo regime: como sobreviver sem o apoio activo dos oficiais das Forças Armadas, sobretudo tendo em conta que se avizinhava um período de graves crises e tumultos e que o regime só tinha o apoio de uma minoria da população?

A resposta a esta pergunta central não foi simples e condicionou fortemente a participação portuguesa na Grande Guerra. A resposta que prevaleceu foi a do Partido Democrático, o núcleo mais radical do velho PRP, que dominou a vida política a partir de 1912.

O que os radicais republicanos fizeram como forma de consolidar o seu frágil poder foi criar divisões internas nas Forças Armadas, partidarizando-as a todas os níveis. Em primeiro lugar, foram mantidas e desenvolvidas as choças de sargentos e cabos dentro dos quartéis, que passam a vigiar os oficiais suspeitos e a denunciar todos os que consideram pouco seguros para o novo regime. Os sargentos passam a ser um poder imenso nos quartéis, pois têm uma ligação directa ao poder político através dos clubes secretos e basta uma sua denúncia para acabar com a carreira de um oficial. É obvio que isto destrói por completo a disciplina e coesão

da força; a generalidade dos oficiais, para sobreviver, desiste de manter a disciplina, aceita os abusos dos sargentos e assume uma atitude defensiva, afastando-se dos seus homens.

O segundo passo na destruição das Forças Armadas foi o de fomentar a organização em clubes políticos do pequeno núcleo de oficiais republicanos, que formaram o núcleo que ficou conhecido por “jovens turcos”. São um número reduzido, quase só de tenentes e capitães, mas o seu peso é muito grande. São eles os escolhidos para os lugares mais sensíveis e basta uma palavra crítica sua para que um oficial se veja transferido para as colónias ou um dos piores lugares.

Com o tempo e para resistir a isto, a maior parte dos outros oficiais organiza-se igualmente em “clubes políticos” das cores mais diversas, todos eles secretos, que se tornam outros tantos centros de conspiração. Em 1914, o corpo de oficiais está amplamente fracturado, com abundantes lojas e clubes políticos, alguns de origem maçónica, outros directamente partidários ou com base em simpatias pessoais, que são outros tantos centros de conspirações. Uma das primeiras coisas que os oficiais ingleses detectam no CEP, quando este chega a França, é a extrema divisão do corpo de oficiais, muitos organizados em clubes políticos clandestinos que conspiram uns contra os outros, sem coesão e sem funcionarem como uma unidade. Era o normal depois de 1911.



*Um dos primeiros “batalhões voluntários da República”. Eles eram uma das soluções encontradas pelo Governo Provisório para absorver as choças da Carbonária e retirar o seu controlo à direcção de Machado Santos, em que não confiavam. Eram grupos de civis armados, que correspondiam às antigas choças. Como a foto ilustra, recebiam treino dos cabos e sargentos republicanos e infiltravam os quartéis sempre que necessário. Quando o PRP se dividiu, os batalhões de civis armados dividem-se igualmente, tendo a maior parte seguido o Partido Democrático. Eram semi-legais e mantiveram-se como uma força armada efectiva até ao final do regime. Em muitos dos movimentos armados dos anos 1910-1918 os batalhões de civis foram a principal força armada, como na revolução de Maio de 1915 ou no combate às incursões monárquicas.*



*A Ilustração Portuguesa de 30 de Janeiro de 1911 apresenta uma foto da cerimónia da entrega de bandeiras aos batalhões de voluntários (civis armados), realizada no Largo do Município. Na foto podem ver-se militares fardados alinhados, misturados com civis, o que ilustra a forma de actuação normal dos grupos de civis armados, que completavam a sua acção através das ligações aos clubes clandestinos de cabos e sargentos existentes nos quartéis.*

Mas não era suficiente partidarizar os sargentos e oficiais do Exército – isso enfraquecia a força, mas não anulava a sua acção. A terceira defesa do regime consistiu em manter os grupos de civis armados que vinham da Carbonária, igualmente com uma existência semi-legal. Não havia nenhuma lei que permitisse a existência destes gangs políticos, mas como os governos republicanos davam facilmente licença de porte de arma a quem os defendesse, também não havia nenhuma lei que os proibisse e, mesmo que existisse, não seria aplicada. Foram mesmo encontradas fachadas legais e pretextos para manter os grupos de civis armados, como foi a criação dos “batalhões de voluntários” de defesa da República, onde os civis se misturavam com as choças de sargentos e cabos que existiam dentro dos quartéis.

Era o esquema normal no regime republicano nos primeiros tempos: teoricamente as liberdades eram máximas, mas os grupos de civis armados existiam para dosear a sua aplicação. Um jornal que fizesse propaganda anti-regime podia ter a certeza de ver a sua sede assaltada e destruída, perante a passividade da polícia e da GNR. Os grupos de civis armados actuavam em todos os golpes republicanos, quer entrando nos quartéis para dominar as unidades em cumplicidade com os sargentos, quer organizando-se para a luta de rua com armas e bombas improvisadas (a chamada “artilharia civil”).

A quarta defesa do regime consistiu em criar, paralelamente ao Exército, a Guarda Nacional Republicana, onde concentrou os oficiais de maior confiança. A GNR recebeu armamento militar e treino para luta de rua, sendo pensada desde o primeiro momento como uma força pretoriana do regime, um contra-peso ao Exército conservador, que, apoiada pelos grupos de civis armados, devia ser capaz de dominar as ruas de Lisboa.



A quinta defesa do regime consistiu em desenvolver a “sua” Armada, o ramo que mais apoiou a revolução republicana. A Armada é concentrada em Lisboa, onde conta com uma importante força de infantaria permanente, através do Quartel dos Marinheiros e do Arsenal da Marinha. Estas duas instalações em terra dominam o eixo Alcântara - Praça do Comércio, apoiados pelo fogo dos navios no Tejo. Isto dá à Armada o controlo da zona ribeirinha de Lisboa, o que é essencial para dominar a capital. Em vários dos golpes da República podemos confirmar que o Exército tem grande dificuldade em contrariar a acção da Armada e dos navios no Tejo - a única forma de o fazer era colocar artilharia nas zonas altas de Lisboa, de modo a ameaçar os navios, mas não é fácil e, sobretudo, o resultante duelo de artilharia provocava grandes estragos nos prédios da capital (como aconteceu em 1915 e em 1917). Os únicos casos em que artilharia em terra conseguiu danificar e obrigar a retirar os navios no Tejo ocorrem durante o período de Sidónio: na revolução de Dezembro de 1917 peças de 75mm, colocadas na Rotunda, avariaram um contra-torpedeiro no Tejo, que acaba por se retirar do combate; passadas umas semanas, em Janeiro de 1918, é a artilharia colocada no Castelo de S. Jorge que danifica um cruzador revoltado no Tejo, levando à rendição da sua guarnição.

A Armada era pensada e utilizada pelos radicais republicanos como mais um contrapeso para o Exército conservador e, por causa disso, são aprovados gigantescos planos para o seu crescimento, que visavam criar em Portugal uma força naval superior à espanhola. Escusado será dizer que os gigantescos planos navais ficam no papel, pois a Inglaterra não os apoia e o descalabro financeiro da República impede a sua concretização com recursos internos.

### **A DESTRUIÇÃO DA EFICÁCIA DA INSTITUIÇÃO MILITAR EM POUCO TEMPO**

As defesas que o regime criou contra o Exército provocaram uma mudança radical neste. O que o regime fez, em termos práticos, foi subverter a autoridade dos oficiais, dividir o Exército em inúmeros clubes e lojas de acordo com as preferências partidárias, colocar os oficiais sob a vigilância permanente de cabos e sargentos organizados clandestinamente dentro dos quartéis e, a culminar tudo isto, criar forças armadas fora do exército para controlar a conter a sua acção (os civis armados, a GNR e a Armada).

É fácil imaginar o efeito deste processo: a coesão e disciplina do Exército desfez-se em pouco meses. O que antes era uma força disciplinada onde a cadeia de comando se fazia sentir, passou a ser uma força indisciplinada, onde os oficiais temiam o seu futuro, eram vigiados, não tinham autoridade, estavam profundamente divididos e sabiam que precisavam de se organizar politicamente para fazer carreira. Isto leva a uma mudança drástica na atitude dos oficiais, que na sua maioria desistem sequer de tentar impor uma disciplina firme aos homens, limitando-se a tentar sobreviver, enquanto muitos são afastados para lugares remotos. Os sargentos passam a ser os senhores dos quartéis, pelo menos nos de Lisboa, onde os republicanos concentram a sua organização. Nos quartéis da província o processo não vai tão longe, mantendo-se aí o núcleo mais disciplinado do Exército, que era igualmente o pior equipado e o que tinha menos recursos.

Dou somente um exemplo do que foi a mudança radical da disciplina da força. Em Abril de 1917, quando começou o embarque das unidades do CEP para França, o Almirantado britânico queixou-se do lastimável estado em que ficavam os seus navios (o CEP seguia em navios britânicos) depois da curta viagem de Lisboa a Brest. Os oficiais britânicos verificavam que os seus congéneres portugueses permaneciam toda a viagem no convés superior, nunca

descendo para procurar manter a disciplina entre os seus homens. Os soldados, cabos e sargentos, nos convés inferiores, faziam desacatos, partiam a mobília, começavam mesmo incêndios e, para grande escândalo dos britânicos, não usavam as sanitas, fazendo as suas necessidades em qualquer lugar - imagina-se o estado em que o navio ficava, mesmo numa viagem curta. O Almirantado britânico considerou o caso grave, até porque todos os relatórios que recebeu eram concordantes, pelo que decidiu chamar o representante português em Londres (Teixeira Gomes) e o adido naval para apresentar uma queixa formal e pedir que fossem tomadas medidas. Seria de esperar que o ministro português em Londres dissesse que se ia informar da situação e que seriam rapidamente tomadas medidas para repor a disciplina, se é que ela tinha sido excepcionalmente quebrada. Seria de esperar...mas não foi isso que sucedeu.



As primeiras unidades Portuguesas desembarcam em Brest, transportadas em navios britânicos. Ilustração Portuguesa – 9 de Março de 1917.

O que estes representantes da República portuguesa disseram é muito elucidativo e deixou o Almirantado britânico absolutamente estupefacto (as declarações eram de tal modo inacreditáveis, que o Almirantado resolveu mandar um relatório ao Gabinete de Guerra, uma atitude muito anormal). O Sea Lord escreveu nesse documento:

*“The minister (Teixeira Gomes) freely admitted that there was a great lack of discipline, but said that this must be expected owing to the fact that there were many Royalists and Republicans amongst the troops, and there were also German sympathizers whose influence was very strong amongst these troops”.*

Não querendo acreditar no que ouve, o Sea Lord pergunta directamente: porque é que os oficiais não vão ter com os seus homens e procuram manter a disciplina? A resposta ainda é mais extraordinária:

*“He stated that the (Portuguese) officers were not like British officers and had not such a command of their men as had the British, but that he felt sure that discipline amongst the*

*troops was improving every day that they were in France*” (Documento enviado pelo First Sea Lord J.R.Jellicoe ao War Cabinet, a 26 de Abril de 1917, NA PRO CAB 24-11).

Era este o Exército que a República enviava para combater na mais dura frente da maior guerra da humanidade: uma força indisciplinada, como era reconhecido pelo próprio representante da República em Londres, em que se considerava normal e natural que os oficiais não contactassem com os soldados e não tentassem sequer impor a disciplina. Era isto o resultado da partidização do Exército, da formação dos comités de sargentos e dos clubes de oficiais, todos a conspirarem uns contra os outros.

Mas a acção do regime não se ficou por estas seis linhas de defesa dos interesses partidários do grupo mais radical dos republicanos que, só por si, seriam já suficientes para retirar qualquer eficácia ao Exército como força militar. Foi-se mais longe e lançou-se um grande projecto de reforma de fundo, que nunca seria concretizado, mas serviu de pretexto para destruir o existente.

### **A Falhada Reforma Militar**

O projecto de reforma surge na sua expressão mais pura nas leis aprovadas em 1911. A ideia principal é simples: como não se confia no numeroso corpo de oficiais profissional, vamos acabar com ele, reduzindo-o a uma expressão mínima. O modelo era a República Suíça, um dos poucos regimes republicanos na Europa de então, que contava com um numeroso Exército em caso de mobilização, baseado no cidadão-soldado e em oficiais milicianos, com um quadro profissional mínimo.

A reforma de 1911 apontava para uma redução do quadro de oficiais permanente para cerca de um terço daquilo que era, com o paralelo crescimento dos oficiais milicianos. Estes seriam recrutados entre os mancebos com formação média ou superior (logo, fundamentalmente das cidades), que passavam por um curso para oficiais de poucos meses. Estes oficiais deviam enquadrar uma força baseada no serviço militar efectivamente obrigatório, acabando a prática de comprar a dispensa do serviço militar e, logo, levando para as fileiras as camadas urbanas mais abastadas, onde o apoio do PRP era maior.

Não vamos aqui acompanhar as muitas voltas e contra-voltas desta ambiciosa reforma esboçada no papel em 1911, mas nunca aplicada por completo. Basta aqui referir que as escolas dos oficiais milicianos nunca funcionam dentro do previsto, que a redução efectiva do corpo de oficiais permanentes é muito pequena e que o serviço militar continua a não ser efectivamente obrigatório, embora as dispensas passem a ser obtidas sobretudo por pedidos políticos e não através do sistema de pagamentos aos cofres públicos.

O principal motivo que levou a República a recuar na sua sanha reformadora é fácil de entender. O que aconteceu foi que o regime precisou de recorrer ao Exército para desenvolver um conjunto de operações militares, principalmente dentro de fronteiras, tendo verificado que só as unidades que mantinham um forte núcleo de oficiais do quadro permanente tinham alguma eficácia operacional. Por esse motivo, o regime atenua a aplicação das reformas de 1911, que só muito parcialmente são levadas à prática. As leis de 1911 continuam a ser válidas no papel, ficando como um machado pendente por cima do pescoço do corpo de oficiais permanente, mas não são aplicadas. Era algo semelhante ao que o regime republicano fez em relação à Igreja Católica, tendo aprovado em 1911 uma legislação anti-clerical das mais radicais, mas só a aplicando muito parcialmente.

As operações em que o Exército se envolve a partir de 1910 são essencialmente de quatro tipos:

- a) A acção de manutenção da ordem interna, onde actua em conjunto com a GNR e grupos de civis armados, essencialmente contra grevistas e sindicalistas.
- b) As campanhas contra as incursões monárquicas lançadas a partir da Galiza (Espanha), onde actua em conjunto com grupos de civis armados.
- c) A intervenção militar nos golpes e contra-golpes internos.
- d) A fase final das campanhas de pacificação em África, com operações nomeadamente na Guiné-Bissau e em Angola.

### A DESTRUIÇÃO DA INSTITUIÇÃO MILITAR

Com as políticas de partidarizar o Exército, destruir a disciplina, infiltrar organizações políticas secretas nas Forças Armadas e aniquilar o corpo de oficiais permanente, todas elas provocadas pela fragilidade do regime, é fácil entender que a República destrói o Exército como força operacional em poucos anos. Antes de 1910, o Exército Português tinha dado inúmeras provas da sua eficácia nas campanhas onde se empenhava, quase todas no Império onde 98% das operações são um sucesso. Em poucos anos esta máquina militar eficaz para as acções à escala nacional é destruída pela base, com a subversão de cima para baixo dos mais elementares valores da instituição militar.



António Granjo (assinalado com +), que viria a ser assassinado num dos muitos golpes em Portugal, embarca para França inserido numa unidade. Ilustração Portuguesa de 18 de Junho de 1917.

Quando a guerra estala, em Agosto de 1914, o Exército português é uma sombra do que tinha sido anos antes. É uma força indisciplinada e muito dividida a todos os níveis (soldados, cabos, sargentos, oficiais), sobre a qual oscila o machado das reformas de 1911 que nunca foram efectivamente aplicadas, mas continuam a vigorar no papel. Acresce ao anterior que, com o começo da guerra, surgem dois novos factores de perturbação nas Forças Armadas. O mais importante é que a política guerrista de provocar a beligerância a todo o custo seguida pelo Partido Democrático divide ainda mais o corpo de oficiais. Muitos deles

pensam – com razão – que as principais motivações desta política são partidárias e não nacionais, pelo que não a apoiam. Isto é especialmente verdadeiro em relação ao envio da força para a Flandres, pois a maior parte dos oficiais concorda que Portugal deve reforçar as colónias africanas, mas acrescenta que não está preparado para combater na frente mais intensa de operações. O segundo factor de perturbação é que, pela primeira vez, surge uma organização política nos soldados que combate a beligerância, devido ao crescimento do movimento anarco-sindicalista a partir de 1910. Os anarco-sindicalistas estão organizados clandestinamente e são na sua esmagadora maioria contra a guerra e contra a beligerância, atitude que transportam para as fileiras quando são mobilizados. Começa então a surgir, pela primeira vez, nos quartéis uma propaganda escrita anti-guerrista que foge às normais correntes políticas, sejam as republicanas ou as monárquicas e que parte dos soldados. É mais um factor de divisão.

O Exército participou, entre 1911 e 1914, em operações activas de ordem interna, de defesa do regime contra incursões do exterior e de afirmação da soberania em África. Não houve qualquer aquisição significativa de armamento ou equipamento desde 1908 e o Exército afastou-se por completo das operações normais na Europa, pelo que em 1914 está completamente desactualizado no que diz respeito às novas correntes do pensamento militar ou às práticas usuais na guerra entre grandes poderes.

O Exército de 1914 não é a força de cidadãos e milicianos com que a República sonhou, mas também não é o Exército disciplinado, unido e coeso que D. Carlos tinha erguido. Era uma coisa híbrida, com um pé cá outro lá, politizada e dividida, minado de clubes e associações secretas, com uma prática operacional somente de operações pouco intensas, fundamentalmente de ordem interna; era uma instituição sem alma e sem coesão, criação típica e normal de um regime fraco, que temia pela sua continuidade, que via inimigos em toda a parte, que aplicava a política de dividir para reinar, ou antes, para sobreviver.

Era com este Exército que o regime sonhava consolidar-se e melhorar a sua imagem externa na frente mais intensa da maior guerra que a humanidade já tinha conhecido! Só alguém completamente ignorante dos assuntos militares podia pensar que isto era possível. O resultado, sem qualquer surpresa, foi justamente o contrário.

## **A fragilização da Relação com a Inglaterra**

O PRP não se teria atrevido a colocar a revolução na rua sem uma luz verde prévia do Reino Unido. Os republicanos tinham presente na sua memória a forma como ao longo do século XIX nenhum movimento interno que tivesse a oposição formal do Reino Unido se consolidou no poder, o que ficou bem claro nos muitos golpes e contra-golpes dos primeiros tempos do liberalismo. D. Miguel, por exemplo, só ascendeu ao poder no período curto em que contou com a benevolência do Governo de Sua Majestade, mas, assim que esta terminou, seria derrotado por uma força militar liberal armada no exterior e que veio do mar para a terra.

Foi por esse motivo que o PRP enviou uma delegação a Londres e a Paris, em 1910, para inquirir qual a posição desses poderes perante a possibilidade de uma revolução republicana vitoriosa, contando com as ligações maçónicas para serem recebidos extra-

oficialmente a nível governamental. A missão era formada por Magalhães Lima, grão-mestre do Grande Oriente Lusitano, José Relvas e Alves da Veiga.

Em Paris, os republicanos encontram uma resposta pouco comprometedora, que se podia resumir em poucas palavras: tudo depende da posição britânica! Em Londres a delegação republicana, para sua surpresa, consegue ser recebida pelo Pemanent Under Secretary do Foreign Office, MacKinnon Wood, que dá uma resposta muito favorável e imediata: a Aliança secular é entre estados e não entre regimes, pelo que, se a revolução republicana não for sangrenta nem interferir com os interesses ingleses, a Aliança se mantém. Era a luz verde para a revolução republicana!



O General Hacking, que comandava o Corpo de Exército onde se inseriu o contingente português, surge aqui acompanhado por Tamagnini de Abreu e Gomes da Costa. As divisões no seio do Estado-Maior do CEP português eram tão grandes, que o Ministro Norton de Matos ameaçou expulsar Gomes da Costa do Exército caso ele não deixasse de manter contactos directos com os ingleses, sem passar pelo General Tamagnini. O comando britânico tinha Gomes da Costa em elevada consideração e avisava Londres que os oficiais portugueses estavam cheios de "clubes" clandestinos e profundamente divididos. Capa de Ilustração Portuguesa de 7 de Janeiro de 1918.

Por detrás da extraordinária resposta do número três do Ministério dos Negócios Estrangeiros Britânicos está um memorando elaborado pouco antes por Sir Eyre Crowe, o verdadeiro responsável da política externa britânica, sobre qual a posição a tomar caso a República vencesse em Portugal. O que se diz nesse documento é que o Governo de Sua Majestade não deve apoiar a monarquia portuguesa caso esta seja derrubada, podendo reconhecer ou não o futuro regime conforme achar mais conveniente (Memorando de Sir Eyre Crowe de meados de 1910, NA PRO FO 371/972). A vantagem desta situação é que, enquanto o regime republicano não for reconhecido, as obrigações da Aliança estão “suspensas”, o que significa que, caso a Espanha intervenha militarmente em Portugal, a Inglaterra pode negociar a sua posição directamente com Madrid, sem qualquer obrigação. Londres, em resumo, podia usar Portugal para negociar com a Espanha a sua posição perante os blocos que se estavam a formar na Europa, sendo certo que Madrid era, nas circunstâncias, um aliado muito mais vantajosa do que Portugal. Assim sendo, interessava ao Reino Unido que Portugal mergulhasse na confusão que resultaria necessariamente de uma revolução republicana, pelo que está devia ser permitida, se não mesmo encorajada.

É importante compreender o que está por detrás desta resposta britânica, pelo simples motivo que este é o principal condicionalismo da posição republicana perante a Grande Guerra. Desde 1898 que a Secular Aliança entrou numa fase especialmente atribulada e difícil, provocada pela ampla mudança de alinhamentos no continente europeu. A grande novidade de 1898 foi que, nesse ano, a Alemanha decide avançar com a construção de uma marinha de alto mar que, a prazo, pudesse colocar em causa a hegemonia naval britânica, a base do seu poder global. Era o único desafio que Londres não podia aceitar e perante o qual teria de reagir muito fortemente. A primeira preocupação do Governo de Sua Majestade foi a de saber se esse desafio era para ser levado a sério, ou seja, se a Alemanha, que contava com uma marinha reduzida em 1898, podia efectivamente colocar em causa o poder marítimo britânico.

\*\*

A pergunta seria colocada directamente ao Almirantado e a resposta foi muito perturbadora. O Almirantado considerou que o desafio alemão era para levar a sério, porque tinha por detrás uma produção de aço superior à britânica e uma poderosa indústria, o que significava que, com o tempo, podia colocar em causa o poder marítimo britânico. Perante isto, o Governo de Sua Majestade faz uma segunda pergunta ao Almirantado: quanto tempo temos? A partir de quando constitui a marinha alemã um perigo efectivo? A resposta é imediata: se os planos navais alemães se concretizarem, a hegemonia naval britânica estará assegurada ainda por 16 anos (ou seja, até 1914), mas depois disso tudo pode acontecer. O Almirantado tem mesmo a preocupação de traduzir isto em termos políticos, não se vá dar o caso de algum membro do Governo ser menos dotado para entender as consequências destes factos: até 1914 podemos e devemos tentar o entendimento com a Alemanha, com concessões que a levem a desistir do seu programa naval; se isto não foi possível, então é preferível ir para a guerra quando a nossa hegemonia naval ainda for clara e forte, ou seja, tendo como limite o ano de 1914.

É esta resposta, muito simples mas absolutamente decisiva, que está na base de toda a grande política britânica a partir de 1898. É uma política dupla, aparentemente contraditória, na realidade muito lúcida. Por um lado, Londres vai tentar a conciliação com a Alemanha, cedendo-lhe tudo e mais alguma coisa que não seja fundamental, querendo receber em troca o compromisso de acabar com a corrida naval. Por outro lado, Londres prepara a futura guerra com a Alemanha caso a conciliação falhe, nomeadamente através da aproximação com a França e a Rússia. Desde 1898 que a data limite era 1914 – até lá tenta-se a conciliação; depois vai-se para a guerra. Não era uma política de fraqueza; era justamente o contrário.

A grande estratégia britânica para com a Alemanha está na base dos problemas de Portugal. Uma preocupação central para o Reino Unido é impedir que a Alemanha obtenha portos no Atlântico fora do Mar do Norte. Na realidade, o grande problema estratégico naval da Alemanha é que tinha a sua marinha contida em dois pequenos mares regionais (o Báltico e o Mar do Norte), não podendo passar para o oceano sem antes enfrentar a Royal Navy, que sairia a barrar-lhe o caminho. Se a Alemanha conseguisse um porto nas ilhas atlânticas ou no Marrocos tudo mudava e a equação do poder naval seria muito mais complicada.

Assim sendo, a Inglaterra passa a pedir desde 1898 garantias secretas a Portugal (por causa dos Açores, Madeira e Cabo Verde) e à Espanha (por causa das Canárias) que não será feita qualquer concessão com significado estratégico num seu porto, sem prévio consentimento de Londres. Tanto Lisboa como Madrid respondem afirmativamente e passam, em grande segredo, a dar essa garantia, renovada sempre que muda o Governo. Era um aspecto essencial da diplomacia secreta. Em troca desta cedência Portugal recebe algo vital: a garantia secreta que pode manter o seu Império e que a Aliança continua em vigor.

Esta garantia secreta é de tal modo importante que se mantém como um dos poucos segredos da política portuguesa, desconhecido da opinião pública até muito depois da Grande Guerra. Desde 1898 a 1916 formaram-se dezenas de governos, tanto na Monarquia como na República, dos mais diversos partidos. Sempre que um governo se formava, logo o representante de Sua Majestade pedia uma audiência ao novo Ministro dos Negócios Estrangeiros e requeria a renovação das garantias secretas, aumento-as gradualmente com a passagem dos anos. Todos os governos responderam afirmativamente sem qualquer hesitação e nenhum revelou esse segredo, mesmo quando passou para a oposição – algo extraordinário. Na versão final, Portugal garantia que não seria feita qualquer concessão a qualquer poder estrangeiro em qualquer porto português, sem prévia autorização do Reino Unido – era uma parte substancial da soberania nacional que se entregava sem hesitação e de forma secreta.

Este aspecto é particularmente importante porque, em Agosto de 1898, a Inglaterra e a Alemanha assinam uma convenção secreta para uma eventual divisão do Império Português. De acordo com esta, tanto Angola como Moçambique seriam divididos, ficando a Inglaterra com a maior parte da última e a Alemanha com a maior parte da primeira. Era uma das concessões que Londres estava disposta a fazer se Berlim desistisse da corrida naval. A habilidade inglesa foi a de assinar uma convenção hipotética, que só se concretizaria em determinadas condições – como a Alemanha não desistiu da corrida naval, essas condições nunca se materializam. Em contrapartida, Londres recebeu uma concessão da Alemanha que era efectiva de imediato: a luz verde para esmagar os boers da África do Sul na guerra que



começou em 1899. Foi um hábil golpe da diplomacia britânica: nada deu de efectivo e recebeu algo importante em troca. É claro que Lisboa soube deste acordo, apesar dele ser secreto, pelo que passou a estar especialmente interessado numa aproximação à Inglaterra, entendida por D. Carlos como a única forma de manter o Império.

A convenção secreta de 1898 é renovada em 1912, com uma formulação semelhante mas com linhas divisórias diferentes em Angola. Mesmo nas vésperas da Grande Guerra e apesar das muitas cedências e provas de submissão da República Portuguesa, o Reino Unido ainda tentava a conciliação com a Alemanha dizendo-se disposto a dividir o Império Português. Os acordos secretos de 1898 e 1912 só não se concretizam porque a Alemanha não aceita desistir da corrida naval, o preço que lhe era pedido. Pelo contrário, as crescentes cedências de Londres levam o Kaiser e os seus governos a acelerar a corrida naval, dentro do entendimento que quanto mais navios tivessem maiores seriam as cedências do Reino Unido. Eram maus políticos e mais estrategas, que não entendiam que havia uma linha na areia, um ponto para além do qual Londres preferia ir para a guerra do que continuar a fazer cedências – foi o maior erro da política alemã, a causa directa da sua perdição.

### **AS CRISES DE MARROCOS**

A situação na Península altera-se nos primeiros anos do século XX devido às três crises de Marrocos, que colocam o continente à beira da guerra geral. A causa é sempre a mesma: a Alemanha quer obter um porto na costa Atlântica do Marrocos com vários pretextos, algo que é frontalmente contrariado pela Espanha e pela França, que tencionam dividir Marrocos entre si. A Inglaterra, coloca todo o seu peso por detrás destes últimos e isso é suficiente para obrigar a Alemanha a recuar por três vezes, sob pena de desencadear uma guerra europeia em condições desfavoráveis. No processo a França e a Inglaterra aproximam-se, formando uma “Entente” alargada à Rússia. O mais importante para Portugal é que nestas crises a Inglaterra se aproxima da Espanha, que passa a ser encarada como o seu parceiro mais importante na Península.

Enquanto D. Carlos reina isto não tem grande significado, pois não se prevê a existência de qualquer crise interna grave. Tudo muda com o regicídio. Tanto Londres como Madrid entendem que a política de “conciliação” seguida pelo jovem e fraco D. Manuel representa o fim da monarquia, sendo de prever uma revolução republicana bem sucedida a curto prazo, ou uma guerra civil. Perante isto, Londres aproxima-se de Madrid, vendo na monarquia espanhola o seu aliado preferencial na Península. É normal que isto aconteça, pois era a Espanha que efectivamente contava para conter a Alemanha no Marrocos, do mesmo modo que só ela podia ter peso e significado no equilíbrio de forças no Mediterrâneo, muito delicado nesta altura.

É isto que leva à mudança de posição de importantes dirigentes britânicos, o mais significativo dos quais será Wiston Churchill, 1º Lord do Almirantado no período que antecede a Grande Guerra. Churchill expõe a sua posição sobre Portugal num memorando de Dezembro de 1912, que exprime, não a sua posição pessoal, mas a da Royal Navy. O que é dito, em termos simples, é que Portugal não pode dar qualquer contributo positivo em caso de guerra,

tanto em termos navais como terrestres, pelo que o seu único interesse para o Reino Unido é o possível uso do seu território, ou antes, é que os inimigos não possam usar o território português, sobretudo as ilhas do Atlântico – são mencionadas em particular Cabo Verde, os Açores e a Guiné Portuguesa. Assim sendo, a continuação da Aliança, segundo Churchill, aumenta as responsabilidades do Reino Unido, sem aumentar a sua força. Em caso de guerra, é do interesse britânico que Portugal se mantenha neutro, sem que outros poderes possam usar o seu território (NA PRO FO 371/2105). Não se deseja a beligerância portuguesa, que só traria inúteis complicações e pedidos de ajuda.

Em documentos posteriores, Churchill esclarece melhor a sua posição. Afirma que, para o Reino Unido, o aliado preferencial na Península passou a ser a Espanha desde as crises de Marrocos, pelo que a posição desta numa eventual guerra europeia passa a ter grande significado, ao contrário do que acontece com Portugal. Assim sendo, e não havendo vantagem na manutenção da Aliança com Portugal, poderá haver vantagens em negociar a posição de Madrid num futuro conflito usando o “caos” provocado pela República em Portugal como uma arma nas negociações. O que Churchill diz, em resumo, é que Londres poderia permitir uma intervenção espanhola em Portugal, ou, pelo menos, uma maior participação da Espanha nos assuntos portugueses, em troca de uma posição desta mais favorável aos Aliados em caso de conflito.

**POSIÇÃO DE WISTON CHURCHILL A 5 DE JULHO DE 1914**

*The Portuguese Government is not one with which it would be easy to act. We certainly do not want to get so involved with them that if Spain attempts to annex them we are expected to make exertions on their behalf, or to consider ourselves offended by what Spain has done. (...) It is suggested therefore that our attitude towards Portugal should be a cool one and that we should take as little service from her as possible. And if unfortunately Spain should swallow her, we should be in a position to avail ourselves of the cooperation of Spain, in case it is available, and so get any facilities we may require, not only in the islands belonging to Spain, but also in those which now belong to Portugal.*

*(f.) WC (Winston Churchill)*

Memorando enviado pelo 1º Lord do Almirantado Winston Churchill ao Secretário de Estado do FO Grey, a 5 de Julho de 1914 (um mês antes do começo da guerra na Europa). PRO FO 371/2105.

Qual é então a posição britânica sobre Portugal quando estala a guerra? Ela é ambígua, como seria é normal nesta situação complexa.

Uma parte significativa dos dirigentes ingleses, encabeçada pela sua marinha, não quer a beligerância portuguesa, vê com agrado o caos existente em Portugal, e coloca a possibilidade de deixar a Espanha engolir o seu antigo aliado em troca de uma posição mais favorável desta, mesmo que Madrid não chegasse a entrar na guerra ao lado dos Aliados, que seria a situação ideal. Uma outra parte dos dirigentes britânicos, encabeçados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, não vai tão longe a pontos de permitir uma intervenção armada

espanhola em Portugal, mas também não deseja a beligerância portuguesa, e encara com agrado a continuação do caos em Portugal, que é uma forma de facilitar a sua utilização nas negociações em curso com a Espanha, ou mesmo numa eventual paz de compromisso a negociar com a Alemanha.

Nenhum sector importante dos dirigentes britânicos quer a beligerância portuguesa, pelo simples motivo que esta não traz qualquer vantagem de um ponto de vista militar, implica uma ajuda substancial a Portugal e se pode traduzir em complicações nas negociações de uma paz futura e da posição espanhola. Simultaneamente, qualquer dirigente britânico de algum significado não esconde o desprezo que sente pelo novo regime e pelos seus governos, considerando, no entanto que o caos interno que resulta de Portugal estar à beira de uma guerra civil, com explosões súbitas de violência, é algo favorável ao Reino Unido e às suas ambições estratégicas. A República, em resumo, é desprezada pelos políticos britânicos enquanto regime, mas, ao mesmo tempo, as dificuldades que ela provoca a Portugal são encaradas como uma possível vantagem para os interesses britânicos.

## **O perigo da Espanha**

As relações com a Espanha mudam radicalmente com o regicídio de 1908. A grande diferença, é que antes os responsáveis espanhóis consideravam que a monarquia portuguesa estava sólida e iria durar e, com a política de acalmação de D. Manuel não duvidam que a revolução republicana irá vencer dentro em breve.

Isto muda por completo a posição de Afonso XIII. O Rei de Espanha encontra-se com D. Manuel e a imagem pública que deixa é de grande cordialidade na relação pessoal, que continua a excelente relação ibérica dos tempos de D. Carlos. A realidade é muito diferente. O encontro com D. Manuel reforça a ideia da extrema fraqueza da monarquia portuguesa, que partia da debilidade do seu responsável máximo e da sua política: o Governo apostava na conciliação enquanto o PRP apostava na revolução. Afonso XIII de imediato (em 1909) sonda Londres e Paris sobre uma eventual intervenção armada espanhola em Portugal no caso de uma revolução republicana que “lance o país no caos”.

A França dá uma resposta ambígua: uma invasão iria colocar em causa todo o equilíbrio existente, mas, acrescenta, a França seguirá a Inglaterra. É uma resposta compreensível: a França não quer uma aventura militar espanhola em Portugal, mas pretende obter a todo o custo o apoio da Espanha nas crises do Marrocos, pelo que remete todo o problema para a Inglaterra, na convicção que esta se encarregaria de acalmar os ânimos espanhóis e iria suportar o seu secular aliado.

A França estava enganada. A resposta britânica é igualmente ambígua, mas representa um claro corte em relação à sua posição tradicional. Por um lado, a diligência de Afonso XIII em Londres, leva a que, em 1910, o governo britânico decida não apoiar a monarquia portuguesa em caso de revolução, através nomeadamente da tomada de posição do Foreign Office, que já foi mencionada. Em relação à uma possível invasão espanhola de Portugal, a posição britânica é que tudo dependia das circunstâncias e que, caso Portugal mergulhasse num banho de sangue seria efectivamente necessária uma intervenção internacional, mas nesse caso seria

encabeçada pela Inglaterra. A possibilidade de uma acção militar unilateral por parte somente da Espanha não é afastada, mas Londres condiciona-a à situação mais geral. Por outras palavras, a resposta do secular aliado alimenta as esperanças espanholas da aprovação internacional de uma acção militar em Portugal, mesmo realizada de forma isolada, mas dá a entender que tal depende das cedências que a Espanha possa fazer no caso de Marrocos e no âmbito das rivalidades europeias que opõem o bloco da Entente ao dos Poderes Centrais. Era a posição que Churchill viria a tomar em 1912, simplesmente mais ambígua, como é normal numa tomada de posição dos diplomatas. A França ficou surpreendida com esta posição britânica, mas continuava a achar que a direcção do processo devia pertencer a Londres neste caso, até porque o seu interesse primordial era o de fortalecer a Entente.

A queda da monarquia rápida e com pouco derramamento de sangue, bem como a posição do Governo Provisório de respeitar escrupulosamente os estrangeiros e as suas propriedades, contraria as expectativas de Afonso XIII, que contava com uma luta prolongada e sangrenta para justificar uma aventura militar em Portugal. Mas o rei espanhol insiste por várias vezes junto das principais capitais europeias nas suas pretensões, nomeadamente em Paris e Londres.



Afonso XIII, Rei de Espanha, inisitiu por várias vezes com Paris e Londres para darem luz verde a uma acção militar em Portugal. Foto Wikipedia.

Em Maio de 1913, para dar só um exemplo dos muito possíveis, Afonso XIII vai a Paris e apresenta ao Presidente da República francesa uma proposta muito tentadora: a guerra

européia era inevitável e, quando esta estalasse, a Espanha estava disposta a permitir a instalação de uma base naval dos Aliados nas Baleares, a permitir o transporte de tropas francesas do Norte da África para a França pelos caminhos de ferro espanhóis e a criar um corpo de tropas espanholas que combatesse na França contra a Alemanha. Em troca o Rei de Espanha pedia um preço muito simples, apresentado de forma muito crua e directa: a anexação de Portugal (Maurice Paléologue, *Au Quai d'Orsay à la Vielle de la Tourmente*, pp. 125-126). O Presidente francês lembra ao Rei de Espanha que a Inglaterra jamais permitiria esse passo, o que permite evitar uma tomada de posição directa da França. A realidade, porém, era outra: pelo menos uma parte dos dirigentes ingleses estava convencido nesta altura (pouco antes da guerra) que beligerância espanhola era uma recompensa suficiente para a anexação de Portugal.

É preciso acrescentar que a posição do Rei de Espanha não era partilhada pela totalidade dos dirigentes políticos do país vizinho. Os vários governos espanhóis entre 1910 e 1914 estão divididos sobre a posição a tomar em relação à República Portuguesa, o que é patente na política ambígua que seguem em relação aos refugiados monárquicos. José Relvas, o representante de Portugal em Madrid, o mais hábil diplomata de toda a República, aproveita muito bem estas divisões e fomenta por todos os meios os políticos espanhóis que pretendem manter a neutralidade em caso de guerra (a questão portuguesa estava directamente ligada à posição espanhola perante a guerra na Europa).

O resultado final é um compromisso, uma política de ambiguidade que ora cai para um lado ora para outro. Os governos espanhóis recebem os refugiados monárquicos e fecham os olhos ao facto de eles se armarem e prepararem as incursões com amplo apoio de uma parte das autoridades espanholas, mas não permitem que o processo vá demasiado longe. Quando as duas principais incursões falham, o Governo espanhol toma algumas medidas para desarmar os refugiados e os afastar das fronteiras. Era uma política de ambiguidade que traduzia a divisão efectiva dos dirigentes do país vizinho: por um lado permitiam que os monárquicos criassem uma força armada no seu território para invadir Portugal, mais ou menos à vista de todos; mas, por outro lado, não davam uma aprovação oficial a esta agressão e, quando as incursões falharam, procuraram a sua contenção. Era uma política que permitia à Espanha manter as opções em aberto, tudo dependendo da evolução da situação internacional. Havia a clara ideia de que a questão portuguesa dependia de saber se a Espanha iria entrar ou não na guerra ao lado dos Aliados.

Deve ser acrescentado que, tanto antes como depois do começo da guerra, a Alemanha disse várias vezes a Madrid que considerava legítimo o seu desejo de intervir em Portugal. Acrescentava que, caso a Espanha mantivesse uma posição de neutralidade, mesmo sem entrar na guerra ao lado da Alemanha, seria amplamente compensada na paz futura tanto no Marrocos como nos territórios portugueses.

O “perigo espanhol” era assim real e efectivo. Ele tinha surgido devido à crise interna portuguesa posterior ao regicídio, que levou à proclamação da República. A sua evolução dependia essencialmente da posição espanhola em relação à guerra, com a sociedade do país vizinho dividida entre uma neutralidade que poderia pender para um dos lados, ou uma beligerância a favor dos Aliados, tal como o Rei defendia. O sector que pretendia uma beligerância a favor da Alemanha era amplamente minoritário em Espanha e só teria alguma possibilidade de se impor caso os Poderes Centrais estivessem prestes a ganhar a guerra de forma clara, possibilidade que só se colocou nas primeiras semanas.

## A rápida mudança das relações de forças no Sul da Europa

Em começos do século XX a Europa tinha abandonado o “concerto das nações” que marcou o continente desde o Congresso de Viena, em 1815. Em quase todo o século XIX tinham existido na Europa continental cinco grandes poderes (França, Prússia, Áustria-Hungria, Rússia e Itália – depois da unificação), que mantinham um equilíbrio relativo entre si, com alianças e entendimentos fluidos e mutáveis e sem existirem blocos permanentes. O sexto grande poder europeu era diferente dos outros: o Reino Unido, centrado na manutenção do seu domínio dos mares, a base e o segredo da sua hegemonia. O Reino Unido não mantinha qualquer aliança com outro grande poder – na realidade, a única aliança que tinha era com Portugal, um pequeno poder nesta altura. Londres fazia entendimento pontuais com um ou outro dos grandes poderes, em regra colocando o seu peso por detrás do mais fraco, de modo a manter o equilíbrio. A sua grande preocupação não era a “justiça” (independentemente do que isso pudesse ser), mas simplesmente a de impedir que um poder continental dominasse os outros. Era a política de dividir para reinar, sempre aplicada com arte e subtileza.

Enquanto os poderes continentais estivessem equilibrados, o Reino Unido sabia que todos se preocupariam principalmente com a sua força terrestre, e nenhum teria os recursos ou o desejo de colocar em causa o seu domínio dos oceanos. Se, pelo contrário, um poder continental dominasse os outros, Londres não duvidava que ele, fosse qual fosse, procuraria em seguida construir uma marinha de alto mar que pusesse em causa o seu domínio dos mares, a única coisa que precisava de ser defendida e preservada a qualquer custo. Isto era tanto mais verdadeiro, quanto o Reino Unido sabia que o seu poder relativo estava em queda desde 1860. No começo do século XX o Reino Unido era já a segunda economia mundial, atrás da americana e, em alguns aspectos básicos, como a produção de aço, era mesmo a terceira, atrás da Alemanha.

Esta era a fórmula do “concerto das nações”, que manteve no essencial a paz na Europa durante um século (entre 1815 e 1914).

No último quartel do século XIX vários factores se conjugam para mudar esta fórmula. O primeiro e mais importante, foi a unificação da Alemanha em 1871, depois da surpreendente vitória contra a França. Surgia então no centro da Europa um poder mais forte que os restantes, que se sentia vítima da conspiração internacional durante vários séculos, apostada em manter a sua divisão. A Alemanha queixava-se de tudo, desde a falta de acesso a recursos vitais, até à falta de acesso aos oceanos, de colónias ou de espaço e tinha uma imensa ambição, em particular desde que o Kaiser Guilherme sobiu ao poder a afastou o chanceler Bismarck, o principal responsável pela unificação da Alemanha.

Como a Alemanha cresce mais depressa que as restantes economias europeias, o desequilíbrio que se cria em 1871 tende a acentuar-se com a passagem dos anos: Berlim é cada vez mais poderoso em termos absolutos e relativos e as suas ambições cada vez maiores.

O grande rival da Alemanha era a França, esmagadoramente derrotada em 1870-71, quando perdeu a Alsácia e a Lorena. Paris segue uma paciente política de contenção da Alemanha desde 1871, procurando um entendimento prioritário com a Rússia, de modo a obrigar a Alemanha a uma guerra em duas frentes. Berlim responde a esta política através de uma aproximação com a Áustria-Hungria, com a qual assina um acordo de apoio mútuo, criando o bloco dos poderes centrais, alargado pouco depois à Itália. A França e a Rússia não

duvidam que são demasiado fracas para enfrentar os poderes centrais sem o apoio do Reino Unido, pelo que apostam tudo numa aproximação a Londres, procurando desesperadamente criar uma aliança formal entre os três que permita conter os poderes centrais durante a paz e derrotá-los em caso de guerra.

O Reino Unido hesita muito tempo sobre a posição a tomar, mas entende que não pode mais manter o seu “esplêndido isolamento” perante a drástica mudança dos equilíbrios europeus com a formação de dois blocos. Há, porém, um factor que empurra o Reino Unido para os braços da França: é que a Alemanha decidiu, em 1898, lançar uma política naval que lhe devia dar uma marinha de primeira ordem. Era um imenso erro estratégico, um erro colossal que Bismarck jamais cometeria pois conhecia bem a necessidade vital de manter uma boa relação com a Inglaterra, de modo a impedir o seu alinhamento com a França (o normal no século XIX era o entendimento entre Londres e Berlim).

A aproximação do Reino Unido ao acordo França-Rússia faz-se num processo rápido em 1898-1912, marcado pelas várias crises de Marrocos, ou seja, pela situação no Sul da Europa. Por três vezes a Alemanha tenta a sua sorte em Marrocos, e por três vezes têm de recuar perante o forte entendimento entre o Reino Unido, a França, a Rússia e a Espanha, com o apoio de Portugal. Marrocos acabará por ser dividido, mas somente entre a França (que fica com a maior parte) e a Espanha, sem qualquer fatia para a Alemanha.

O resultado destas crises é que o Reino Unido e a França se aproximam, criando a chamada “Entente”, um entendimento formal que previa uma estratégia militar em caso de guerra. Foi o segundo erro colossal da Alemanha: depois de apostar na construção de uma marinha de alto mar, apostou na obtenção de um porto Atlântico fora do Mar do Norte – era difícil dar provas de maior cegueira estratégica. Berlim tinha lançado Londres para os braços de Paris e Moscovo, dividindo a Europa em dois grandes blocos rivais nas vésperas da 1ª Guerra Mundial. Era o fim do “concerto das nações”, com a criação de um sistema bipolar europeu, uma alteração da lógica central da política europeia de grande envergadura.

\_\*\_

Enquanto isto se passava, acumulavam-se múltiplos factores de perturbação no Sul da Europa.

O primeiro era que a Itália hesitava na sua posição depois de ter assinado um entendimento formal com os poderes centrais (Alemanha e Áustria-Hungria), quando pensava que estes eram os mais fortes. Simplesmente, quando o Reino Unido se aproximou da França, Roma começa a duvidar se realmente apostou no lado vencedor, pelo que passa a seguir uma política dupla. Formalmente continua a apoiar os poderes centrais e aceita o compromisso de entrar na guerra ao seu lado caso ela venha a estalar. Simplesmente, ao mesmo tempo, através da diplomacia secreta, garante à França que manterá a neutralidade em caso de guerra.

O segundo factor que perturba muito o Sul da Europa era a fraqueza do secular império Otomano, em crise aberta desde há dois séculos. O Império Otomano estava a desfazer-se, tendo já perdido os seus domínios no Sul da Europa através de múltiplas independências e mantendo a muito custo o domínio sobre o Médio Oriente. No Norte de África, os Otomanos tinham perdido a Argélia para a França, o Egipto para a Inglaterra (depois de um confronto com a França), a Líbia para a Itália e o Marrocos para a França e a Espanha. Perante o desfazer deste imenso império as ambições dos poderes vizinhos eram imensas, muito em particular porque crescia a importância estratégica do petróleo, que não existia na

Europa, mas era abundante no Médio Oriente. A rivalidade para obter os restos e o apoio do Império Otomano era grande, principalmente entre a Rússia, França, Alemanha e Reino Unido, os quatro maiores poderes europeus.

O terceiro factor de perturbação no Sul da Europa são os conturbados Balcãs, com o seu imenso mosaico de etnias e as recentes independências, onde os estados não coincidiam com as nações. Os Balcãs são varridos por duas guerras de grande intensidade nos anos anteriores a 1914, sendo um imenso vulcão prestes a explodir violentamente a qualquer momento.

O quarto factor de perturbação era a explosão dos movimentos nacionalistas, tanto no Império Otomano, como na Áustria-Hungria e na Rússia. Viena acusava a Sérvia, por exemplo, de fomentar os movimentos nacionalistas no seu território e de apoiar os terroristas que realizavam atentados bombistas, o que era verdade. O grande problema era que a Sérvia tinha o apoio da Rússia, que ameaçava opor-se a qualquer acção militar de Viena.

O quinto factor de perturbação eram os efeitos da corrida naval no Sul da Europa. A equação é muito fácil de entender. Em 1914 a Inglaterra tinha combinado com a França que concentrava a sua marinha no Mar do Norte para conter a Alemanha, enquanto Paris ficava responsável pela situação naval no Mediterrâneo. A marinha francesa tinha, em 1914, 703 mil toneladas (números do autor obtidos pelo autor que correspondem a unidades de combate), o que significava que sozinha conseguiria derrotar as marinhas da Áustria (277 mil toneladas) e da Turquia (61 mil toneladas), caso estas se juntassem à Alemanha, como veio a acontecer. Simplesmente a marinha da Itália tinha 517 mil toneladas e a da Espanha 88 mil. Se as quatro se unissem contra a França, os poderes centrais teriam no Mediterrâneo 943 mil toneladas, contra as 703 mil da França, ou seja, poderiam obter o domínio naval do Mediterrâneo, o que seria desastroso para os Aliados.

Assim sendo, toda a estratégia Aliada passava por impedir a Itália e a Espanha de alinharem com os poderes centrais, estando dispostos a todas as concessões para o conseguirem. No caso da Espanha essas concessões passaram pela cedência de uma zona no Marrocos e pela condescendência em relação às ambições para com Portugal, o que já examinamos.

O Mediterrâneo era pois uma zona especialmente sensível para a grande estratégia Aliada. A situação era tensa enquanto a Itália não definiu a sua posição. Por esse motivo era importante manter a neutralidade espanhola nos primeiros meses da guerra, estando tanto Londres como Paris dispostos a todas as concessões para o conseguir. Esse é mais um motivo que leva o Reino Unido a recusar a beligerância portuguesa na fase inicial da guerra: não quer fazer nada que possa levar a Espanha ou a Itália a alinhar com os Poderes Centrais.

Em 1915 a Itália entra na guerra ao lado dos Aliados, ao contrário do que o seu alinhamento inicial indicava. A partir de então os Aliados contam com um claro domínio naval no Mediterrâneo: 1220 mil toneladas de navios de guerra para as marinhas da França e da Itália, contra escassas 338 mil toneladas para as marinhas da Áustria e da Turquia, uma esmagadora superioridade de 1 para 4. A partir desse momento a posição da Espanha passa a ser menos importante, por duas razões. Primeiro era muito improvável que a Espanha alinhasse com os Poderes Centrais depois de a Itália ter caído para os Aliados. Depois, mesmo que isso acontecesse, a marinha espanhola só acrescentaria escassas 88 mil toneladas ao total dos Poderes Centrais, deixando ainda uma imensa margem de superioridade ao domínio naval Aliados no Mediterrâneo.



O que isto significa é que os Aliados não podiam aceitar a beligerância portuguesa até meados de 1915, pois ela poderia provocar imprevisíveis perturbações no equilíbrio do Mediterrâneo. Em contrapartida, os aliados já podiam aceitar a beligerância portuguesa depois dessa data, pois o domínio do Mediterrâneo pertencia-lhes de forma clara após a passagem da Itália para o seu lado.

## **PORTUGAL E A GRANDE GUERRA – VISÃO GERAL**

As várias vertentes contempladas anteriormente, mostram que Portugal estava particularmente fragilizado no campo internacional em Agosto de 1914, quanto estala a Grande Guerra, por muitas razões.

1 – Tinha um regime fraco, com uma base de apoio pouco sólida e profundamente dividido, onde a violência era de utilização normal na política, tendo conhecido nos últimos quatro anos inúmeras actuações das Forças Armadas dentro de fronteiras, com dezenas de mortos e centenas de feridos.

2 – O regime tinha debilitado fortemente em quatro anos a capacidade operacional das Forças Armadas, destruindo a sua disciplina, minando-as com grupos clandestinos dentro dos quartéis, tornando-as um instrumento da luta partidária, paralisando a sua modernização, reduzindo fortemente o seu moral. O regime tinha destruído as Forças Armadas semi-profissionais que existiam na Monarquia e não tinha conseguido criar as Forças Armadas do cidadão-soldado enquadradas por um corpo de oficiais milicianos, que foi apresentado como sendo o seu modelo em termos militares. Nenhum projecto importante de modernização tinha passado do papel.

3 – O regime tinha sob a sua cabeça a perspectiva de uma intervenção militar da Espanha, de onde tinham partido as incursões monárquicas. O Reino Unido geria esta tensão, não permitindo a intervenção directa da Espanha, mas utilizando esse seu desejo como forma de levar Madrid a fazer cedências aos poderes Aliados.

4 – O acordo secreto para a divisão do Império Português tinha sido renovado em 1912.

5 – O regime fazia todas as concessões ao Reino Unido, renovando regularmente as garantias secretas que nada seria cedido em portos portugueses a outros poderes sem prévio consentimento britânico, respondendo afirmativamente a todos os seus pedidos e procurando uma aproximação por todos os meios.

6 – Os dirigentes britânicos não escondiam o seu desprezo por aquele regime e estavam divididos sobre a política concreta a seguir para com Portugal. Todos, no entanto, concordavam que a fraqueza portuguesa era um factor favorável à Inglaterra na medida em que facilitava as suas negociações secretas com a Espanha e com a Alemanha. Todos concordavam igualmente que, em caso de guerra europeia, a última coisa que a Inglaterra queria era uma beligerância portuguesa.

7 – A França era o único grande poder que apoiava a República em termos internacionais e que favorecia o seu desejo de entrar na guerra ao lado dos Aliados. Isto acontecia porque, do ponto de vista de Paris, a beligerância portuguesa era uma forma de dificultar uma futura paz de compromisso por um entendimento directo entre o Reino Unido e

a Alemanha, do mesmo modo que era uma forma de condicionar a posição espanhola perante a guerra.

8 – A posição da França, porém, era limitada nos primeiros meses do conflito pela situação muito delicada da Itália. Enquanto Roma não entrasse na guerra ao lado dos Aliados, o equilíbrio de forças no Mediterrâneo tanto podia cair para um lado como para o outro, pelo que a França moderava a sua atitude e não contrariava directamente o desejo britânico de manter a neutralidade portuguesa. A partir de Maio de 1915, quando a Itália se torna beligerante, a moderação da França desaparece e passa a favorecer abertamente o desejo dos republicanos portugueses de forçar a beligerância.

9 – Os radicais republicanos do Partido Democrático queriam a todo o custo forçar a beligerância portuguesa na guerra, porque viam nela uma maneira de resolver os problemas internos, fortalecendo o seu Governo, provocando uma onda de patriotismo que levasse a cerrar fileiras em torno do debilitado regime, paralisando a crescente oposição que sentiam por parte das Forças Armadas. Acessoriamente, os guerristas viam na beligerância uma forma de levar a Inglaterra a respeitar as suas obrigações da Aliança, tanto em relação ao Império como a uma eventual intervenção espanhola.

São estes nove pontos que condicionam fortemente a posição portuguesa e que levam à profunda divisão da sociedade entre os guerristas – um pequeno núcleo de radicais republicanos que pretendem forçar a beligerância a qualquer custo – e o resto da sociedade, genericamente classificada de anti-guerristas, com muitos matizes. Os guerristas viam na fuga para a frente a única solução e a guerra era para eles a resposta ideal a muitos problemas partidários e de consolidação do poder que, de outro modo, não teriam solução.

O pensamento dos guerristas era muito simples. O regime estava fraco e débil? A solução era provocar uma explosão de nacionalismo que unisse o País à volta do Governo que o levasse para a guerra! O Partido Democrático estava cada vez mais isolado, mesmo entre os republicanos? A solução era levar Portugal para a guerra e criar um governo de unidade nacional que tivesse o Partido Democrático no seu centro! O regime estava divorciado das Forças Armadas que se movimentavam contra ele? A solução era mais uma vez à guerra, que obrigaria as Forças Armadas a unirem-se à volta do regime! A relação com o Reino Unido estava fragilizada a pontos de colocar em causa a continuação do Império? A solução era entrar na guerra, de modo a obrigar o secular aliado a respeitar o Império? Portugal estava mal visto em termos internacionais e perdia prestígio? A solução era entrar na guerra de modo a prestigiar Portugal! O regime estava ameaçado por uma intervenção espanhola? A solução era entrar na guerra, de modo a impedir que a Espanha pudesse intervir militarmente em Portugal! Era um pensamento muito simples, que se viria a revelar completamente errado. O que aconteceu efectivamente foi exactamente o contrário do que se esperava em quase todas os aspectos.